

RESENHA

RESENHA DE *TRACING THE SOCIOPOLITICAL REALITY OF RACE*¹

Review of the Chapter Tracing the Sociopolitical Reality of Race

Rogério Fabianne Saucedo Corrêa²

RESUMO

Resenha do capítulo “*Tracing the Sociopolitical Reality of Race*” (HASLANGER, Sally).

Palavras-chave: Resenha; Raça; Sally Haslanger.

ABSTRACT

Review of the chapter “*Tracing the Sociopolitical Reality of Race*” (HASLANGER, Sally).

Key-words: Review. Race. Sally Haslanger.

Tracing the Sociopolitical Reality of Race”, de Sally Haslanger, é um dos oito capítulos que constituem o livro “**What is race? Four philosophical views**” (HASLANGER; SPENCER; JEFFERS; GLASGOW, 2019). O livro foi publicado em dois mil e dezenove pela Oxford University Press, e o leitor interessado poderá encontrá-lo tanto na versão impressa, quanto na versão *ebook*. Os demais capítulos, respectivamente, são “*Cultural constructionism*”, de Chike Jeffers, “*How to be a biological racial realist*”, de Quayshawn Spencer, “*Is race an illusion or a basic reality*”, de Joshua Glasgow, “*Haslanger’s reply to Glasgow, Jeffers and Spencer*”, “*Jeffers’s reply to Glasgow, Haslanger and Spencer*”, “*Spencer’s reply to Glasgow, Haslanger and Jeffers*” e “*Glasgow’s reply to Haslanger, Jeffers and Spencer*”.

¹ DOI: <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2022.256731>

² Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: rogerio.saucedo@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3451-6446>.

Cada um dos autores contribui com uma determinada concepção sobre raça e discutem uns com os outros. Spencer defende um realismo biológico de acordo com o qual raça é um grupo biológico selecionado por um dos sentidos ordinários do termo ‘raça’. Glasgow defende que raças não existem. Jeffers defende um realismo construtivista cultural. Por fim, Haslanger defende um realismo construtivista sociopolítico. Desse modo, o livro oferece duas concepções realistas construtivistas de raça, uma concepção realista biológica de raça e uma concepção cética. Por realismo, entenda-se a posição filosófica de acordo com a qual raças existem e são reais. Assim, Jeffers, Haslanger e Spencer são realistas. O ceticismo de Glasgow não é do mesmo calibre de um eliminativismo racial ao estilo de Appiah (2010), pois ele não propõe a eliminação dos termos raciais dos nossos léxicos, uma vez que eles não designam nada no mundo. Glasgow é um pouco mais tolerante, pois admite que, se existem raças, então elas são classes de pessoas selecionadas por propriedades finas e cientificamente insignificantes.

Para quem se interessa pelo tema e acompanha as reflexões de Haslanger, o texto é uma ótima oportunidade para entender o desenvolvimento e amadurecimento das suas reflexões. O capítulo é composto de sete seções mais uma breve conclusão. As seções são as seguintes: *Methodological preliminaries*, *What is the question*, *The semantic strategy*, *Representational tradition: ‘water’ as an example*, *Representational traditions: ‘race’*, *What is race?* e *Going on: the normative dimension of racial classification*.

Como a questão central é sobre o que é raça, então faz sentido começar com uma discussão metodológica, uma vez que se trata de uma investigação filosófica. Ressaltar esta característica da investigação é contrastá-la com outros tipos de investigações empíricas que não são desenvolvidas pela filosofia. O problema, portanto, é saber como a filosofia pode tratar da questão sobre o que é raça, dado que ela não é uma disciplina empírica. A pista para especificar o trabalho filosófico é fornecida pela linguagem. Como tal, ela é mais uma das inúmeras práticas nas quais estamos inseridos em sociedade. Desse modo, usamos termos raciais na vida ordinária e a análise do significado desses termos serve para esclarecermos nossas próprias práticas.

A questão sobre o que é raça pode ser respondida empiricamente mediante o uso de métodos da biologia, antropologia, sociologia e outras ciências. Mas também pode ser respondida mediante a análise do significado do termo “raça”. Podemos efetuar isso por estipulação, fornecendo alguma ferramenta filosófica ou analisando as práticas racializadas nas quais estamos inseridos. Tudo isso serve para salientarmos que não há, na verdade, uma única maneira de abordarmos a questão. Por isso, é aconselhável prestarmos atenção às diferentes versões da questão, bem como às diferentes respostas. Esse ponto é importante para ressaltarmos uma mudança de ênfase no próprio percurso investigativo de Haslanger. Em “*Genre and race: (what) are they? (What) do we want them to be?*” (HASLANGER, 2000), posteriormente publicado no livro “**Resisting reality: social constructionism and social critique**” (HASLANGER, 2012), ela abordou a questão racial de um ponto de vista da teoria crítica. Inspirada pela noção de crítica social, no mesmo sentido em que Tommie Shelby defende em “*Racism, Moralism, and Social Criticism*” (SHELBY, 2014), ela ressaltou a dimensão crítica das práticas sociais ordinárias e ofereceu ferramentas para entendê-las e melhorá-las. Com isso, Haslanger colocou em cena a dimensão normativa da investigação filosófica com um pé centrado na pesquisa empírica. Como consequência disso, mostrou que a raça está imbricada nas nossas práticas sociais. Esse aspecto social da raça é fundamental para esclarecermos o significado do termo “raça”. Aqui neste capítulo, porém, ela desenvolve uma abordagem metasssemântica sem abandonar os pressupostos básicos da teoria crítica.

Análises semânticas, no entanto, são passíveis de problemas, pois existem diferentes abordagens de acordo com diferentes teorias do significado. Por exemplo, se somos realistas, podemos dizer que o termo ‘raça’ significa um tipo racial. Se somos eliminativistas, o termo ‘raça’ não significa nada no mundo. Isso acontece porque em um caso e no outro as teorias do significado pressupostas são diferentes. Não estou convencido desse argumento de Haslanger, pois penso que o problema é mais especificamente com a ontologia de base de cada teoria. No entanto, a consequência de nos restringirmos às análises semânticas é ficarmos presos no âmbito das discussões em filosofia da linguagem. Por isso, a alternativa viável é

considerarmos tanto aspectos empíricos quanto aspectos normativos ao estilo de Mallon. Em “*Race’: normative, not metaphysical or semantic*” (MALLON, 2006), Mallon defendeu que a via normativa é a abordagem mais adequada para esclarecer o que é raça. Ainda que ele tenha proposto uma abordagem normativa, Haslanger pensa que sua abordagem retém muito da perspectiva semântica. Por isso, o importante é observarmos que a própria teorização já está inserida em uma estrutura e prática racial. Observar este aspecto é uma condição para entendermos como estas práticas funcionam.

Nesse sentido, a proposta é combinarmos o espírito da tese de Mallon com o método desenvolvido em “*Rationalizing Self-Interpretation*” (2015), de Laura e François Shoroeter. A vantagem desse procedimento é que ele permite explicarmos o significado de termos raciais levando em conta aspectos normativos e situando as atividades linguísticas nas práticas sociais. Para o que é raça, por exemplo, consideramos nós mesmos como inseridos numa tradição representacional assim como em práticas raciais. Isso significa que nossa tradição representacional tem ambição teórica. Consequentemente, estamos autorizados a considerar os termos e pensamentos que representam tanto interesses genuínos, quanto características relevantes do mundo. Desse modo, o começo da investigação é dado pela observância de determinados *inputs* relativos ao que quer que estejamos analisando. Suponhamos que seja *x*. Nesse caso, os *inputs* serão instâncias particulares, *gestalts* perceptuais, funções físicas, funções biológicas, funções práticas, funções simbólicas, funções explicativas e funções epistêmicas. O papel dos *inputs* é ajudar a delimitar o tipo de coisa que é analisado. Assim, com base nos *inputs* determinamos que tipo de coisa é *x*. Trata-se, portanto, de uma investigação metassemântica. Se o tipo de coisa em questão é a raça, então o resultado da investigação será o significado do termo ‘raça’. Aqui, é importante ressaltarmos que se trata do significado do termo ‘raça’ na tradição representacional norte-americana. Isso significa que, se aplicarmos o mesmo procedimento à tradição representacional brasileira, é possível obtermos um significado diferente para o termo ‘raça’, pois o método é contextual. Dada essa ressalva e dado que os *inputs* dizem respeito ao que se considera como raça no contexto social norte-americano, Haslanger adota a convenção ‘ra-

ça_{us}’ para se referir aos resultados (*outputs*) das deliberações da tradição representacional norte-americana no que diz respeito a raça. Nesse caso, a expressão subscrita indica supostos nomes de raças. Como o método aplicado exige que os resultados sejam interpretados, a alternativa é interpretá-los de um ponto de vista social construtivista. Isso significa que, para considerarmos alguém como membro de uma raça, é necessário levarmos em conta os aspectos sociais. A dimensão social é fundamental, pois ela carrega junto uma gama de elementos, como, por exemplo, leis e costumes de determinada sociedade. Com esta dimensão em destaque, Haslanger propõe a análise *SPR* (*Social Political Race*).

De acordo com *SPR*, um grupo *X* é racializado em um contexto *Y* se e somente se os membros de *X* são esses (HASLANGER, 2019, p. 25-26):

1) Que são observados ou imaginados como possuindo certas características corporais presumidas em *Y* que evidenciam laços de ancestralidade com certa região geográfica, de modo que chamamos estas características de ‘cor’;

2) Que têm ou são imaginados como possuindo características que os marcam no contexto da ideologia de base de *Y* como ocupando certas posições sociais subordinadas ou privilegiadas;

3) Que o fato de satisfazerem (1) e (2) desempenha um papel em sua subordinação ou privilégio sistemático em *Y*.

Para esclarecermos isso, basta recorrermos aos exemplos citados no texto (HASLANGER, 2019, p. 26-27). Nesse sentido, dizer que Paulo é um negro_{us} é dizer que Paulo pertence a um grupo cujo traço característico é ter ancestrais africanos e isto o coloca numa hierarquia social desprivilegiada na sociedade norte-americana. Analogamente, dizer que Carlos é branco_{us} é dizer que Carlos pertence a um grupo cujo traço característico é ter ancestrais europeus e isto o coloca numa hierarquia social privilegiada na sociedade norte-americana.

O uso de *SPR* para analisar a questão racial é importante por três razões. Em primeiro lugar, porque captura importantes grupos racializados. Em segundo lugar, porque é uma interpretação razoável da tradição representacional norte-americana. Em terceiro lugar, porque destaca o modo como as práticas racializantes e identidades contribuem para a injustiça. Por

tudo isso, creio que o texto de Haslanger é uma importante contribuição filosófica para a discussão racial e que pode inspirar filósofos brasileiros a pensarem o mesmo fenômeno no nosso contexto social.

Recebido em 25/10/2022

Aprovado em 22/11/2022

REFERÊNCIAS

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

HASLANGER, Sally. Genre and race: (what) are they? (What) do we want them to be?, *Noûs*. v. 34, nº 1, p. 31-55, 2000.

HASLANGER, Sally. **Resisting reality**: social constructionism and social critique. New York: Oxford University Press, 2012.

HASLANGER, Sally; SPENCER, Quayshawn; JEFFERS, Chike; GLASGOW, Joshua. **What is race? Four philosophical views**. New York: Oxford University Press, 2019.

MALLON, Ron. 'Race': normative, not metaphysical or semantic. *Ethics*. v. 116, p. 525-551, 2006.

SHELBY, Tommie. Racism, Moralism, and Social Criticism. *Du Bois Review*, v. 11, nº 1, p. 57-74, 2014.

SHOROETER, Laura; SHOROETER François. *Rationalizing Self-Interpretation*. In.: DALY, Chris. **The Palgrave Handbook of Philosophical Methods**. London: Palgrave Macmillan, 2015.



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).